



MATAR
OSALAZAR

MATAR
O SALAZAR
O ATENTADO DE JULHO DE 1937

ANTÓNIO ARAÚJO

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXVII



ÍNDICE

INTRODUÇÃO

— II —

LISBOA, JULHO DE 1937

— 19 —

COMUNISTAS E ANARQUISTAS, REVIRALHISTAS E FRENTISTAS

— 31 —

POLÍCIAS CONTRA POLÍCIAS

— 71 —

HÁ MUITAS LISBOAS DENTRO DE LISBOA

— 87 —

O DESFECHO

— 121 —

CRONOLOGIA BREVE

— 137 —

FONTES

— 139 —

© 2017, António Araújo
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/9
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Matar o Salazar: O Atentado de Julho de 1937*

Autor: António Araújo
Revisão: Tinta-da-china
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)

1.ª edição: Novembro de 2017

ISBN: 978-989-671-404-8
Depósito Legal n.º 432 745/17

«Levaram muito tempo, muita pancada,
por persistirem em dizer a verdade.»

(Virgílio Ribeiro, em 13 de Outubro de 1937.)

«Tantas lhe deram que, não podendo resistir mais,
acabou por dizer o que eles queriam.»

(José Horta, em 4 de Dezembro de 1937.)

«Em consequência do que lhe rebentou o sangue dos queixos e
andou alguns dias sem dar conta da cabeça.»

(José Horta, em 4 de Dezembro de 1937.)

«O Eloy, por gritar muito, viu ele respondente que o amordaçavam
com uma toalha turca, branca, a qual lhe empurravam para dentro
da boca com o cabo de uma vassoura.»

(José Horta, em 4 de Dezembro de 1937.)

«Hoje há aqui muita porrada, ou vocês hão-de dizer
ou há aqui muita porrada!»

*(Capitão José Catela, segundo as declarações de
José Horta, em 4 de Dezembro de 1937.)*

«Passaram-lhe então as algemas para trás das costas,
e nessa posição lhe deram tantas correadas por onde calhava
que, ao ser atingido por uma na cabeça, donde logo
lhe saltou o sangue, ficou tonto e caiu no chão.»

(Jacinto Estêvão de Carvalho, em 7 de Dezembro de 1937.)

«Ouvii o Eloy a gritar durante coisa de uns três quartos
de hora, calculando que lhe estavam a bater por não querer dizer
que tivesse dado a bomba ao respondente.»

(Jacinto Estêvão de Carvalho, em 7 de Dezembro de 1937.)

«Sentiu que levavam o mesmo Eloy para um quarto pegado
ao seu, onde o ouviu gemer até de madrugada.»

(Jacinto Estêvão de Carvalho, em 7 de Dezembro de 1937.)

«O Eloy não tinha, nas costas, quase a cabeça de um
dedo em que não houvesse uma ferida.»

(Jacinto Estêvão de Carvalho, em 7 de Dezembro de 1937.)

*Declarações descrevendo o processo
de investigação realizado pela PVDE.*

INTRODUÇÃO

Em 4 de Julho de 1937, cerca das dez horas da manhã, quando saía do seu automóvel oficial para assistir à missa na capela da casa de Josué Trocuado, na Avenida Barbosa du Bocage, o doutor António de Oliveira Salazar foi vítima de um atentado à bomba.

O ditador escapou incólume de uma violenta explosão que, além de avultados danos materiais na Avenida Barbosa du Bocage e artérias vizinhas, não provocou vítimas. Esta seria, se não a única, a mais grave tentativa de atentado que Salazar sofreu em toda a sua longa carreira política.

A comoção suscitada em todo o país foi habilmente capitalizada pelo Presidente do Conselho e pela sua máquina de propaganda. Com o apoio declarado da Igreja e dos mais altos clérigos, rezaram-se missas de acções de graças por toda a parte, tendo o desfecho do atentado contribuído, em boa medida, para consolidar a imagem providencialista desde sempre associada à figura de Oliveira Salazar, restaurador das finanças pátrias e condutor dos destinos da nação. No tenso relacionamento com o Presidente Óscar Carmona, a sua posição sai reforçada, o mesmo sucedendo com as forças armadas, que dois dias depois promovem uma gigantesca manifestação de apoio ao chefe do Governo nos Passos Perdidos da Assembleia

Nacional. Tratou-se de um gesto de grande significado, tendo em conta o mal-estar suscitado nas casernas — e, em especial, junto da velha oficialidade republicana — pelas reformas da instituição militar levadas a cabo por Salazar e Santos Costa em 1936 e nos anos subsequentes.

Ao dirigir-se aos oficiais presentes em São Bento, o Presidente do Conselho debruçar-se-á sobre a aliança luso-britânica. Também nesse plano, o malogro do atentado acabará por favorecer a Situação, melhorando as relações com os ingleses numa altura em que Londres encarava com alguma desconfiança o apoio manifesto das autoridades portuguesas aos nacionalistas espanhóis.

A Guerra Civil de Espanha constitui, na verdade, o elemento de enquadramento externo mais importante da acção bombista na Avenida Barbosa du Bocage. Um dos envolvidos na preparação do atentado, o anarquista Emídio Santana, estivera presente no Congresso da CGT em Saragoça, nas vésperas da Guerra Civil, comprometendo-se a desenvolver acções de apoio aos seus correligionários espanhóis. E, mais decisivamente, no início de 1937 tem lugar a acção que ficou conhecida por «bombas dos ministérios», com a deflagração, num curtíssimo lapso temporal, de engenhos explosivos em vários departamentos governamentais e em instituições ligadas a interesses espanhóis em Portugal.

O sucesso desta operação bombista motivará os seus autores a desenvolver o mais ambicioso dos projectos: *matar o Salazar*. A ideia inicial consistia em imobilizar a viatura em que o chefe do Executivo seguia e, então, liquidá-lo a tiros de metralhadora. Para o efeito, o grupo que levou a cabo a acção das «bombas dos ministérios» inicia os preparativos deste aten-

tado, procurando, sem sucesso, sequestrar dois taxistas de Lisboa no pinhal da Freixoifeira, na zona de Torres Vedras, com vista a apoderar-se dos seus automóveis. O fracasso da tentativa não leva os seus autores a desistir do intento de assassinar o Presidente do Conselho. E é assim, em síntese, que acabam por colocar uma bomba de dinamite num colector da Avenida Barbosa du Bocage. A deficiente instalação desse engenho faz com que a explosão, apesar de estrondosa, não cause mortos nem sequer feridos.

*
* *

Logo no próprio dia do atentado, começam as buscas para capturar os responsáveis por um gesto considerado hediondo pela imprensa da época e condenado inclusivamente nas páginas do *Avante!* A PVDE tomará o controlo das investigações, levadas a cabo não pela Secção de Defesa Política e Social, na altura chefiada pelo capitão Maia Mendes, mas pelo gabinete do próprio director, Agostinho Lourenço, tutelando o trabalho operacional coordenado pelo capitão José Ernesto Catela, secretário-geral da polícia política. A pressão para apresentar resultados, a par de uma grande dose de amadorismo, acaba por levar à captura de um conjunto de homens — conhecido na imprensa como «grupo terrorista do Alto do Pina» — que é apresentado nos jornais como responsável pelo atentado contra Salazar. Mais do que isso, a PVDE insistia na tese de que o crime fora preparado por comunistas, com ramificações internacionais ao Komintern e à Rússia dos soviets.

A publicitação do nome destes suspeitos e o relato pormenorizado — e laudatório — das investigações dirigidas pelo

capitão Catela levantam dúvidas num antigo dirigente da polícia política, o capitão Baleizão do Passo, comandante de divisão da Polícia de Segurança Pública. Baleizão do Passo decide desenvolver a sua própria investigação, fazendo-o a título particular ou, melhor dizendo, sem dar conhecimento aos seus superiores hierárquicos e não envolvendo oficialmente a PSP. Curiosamente, Baleizão do Passo, nas suas investigações, não hesitará em contactar elementos da Secção de Defesa (ou Vigilância) Política e Social da PVDE, a começar pelo seu director, o capitão Maia Mendes. Por aqui se vê que, além de conflitos de natureza pessoal entre Baleizão do Passo e a cúpula da PVDE, existiam atritos no interior da própria polícia política, porventura motivados pela circunstância de as investigações deste crime não terem sido atribuídas à referida Secção. Munido de informações fiáveis sobre os verdadeiros autores do atentado, Baleizão do Passo tem um gesto ainda mais ousado, contactando o poder político na pessoa de um seu conhecido, o influente subsecretário de Estado das Finanças, João Pinto da Costa Leite (Lumbrales), que, por sua vez, fala com o ministro do Interior, Mário Pais de Sousa. É improvável que Salazar desconhecesse estas movimentações, ademais tratando-se de um caso que envolvera uma tentativa de homicídio contra a sua pessoa.

De acordo com um dos principais implicados no atentado, Emídio Santana, a abertura de um conflito surdo entre dois ministérios — o do Interior, sendo ministro Pais de Sousa, e o da Justiça, tutelado por Manuel Rodrigues Júnior — foi o maior feito político da acção bombista de 4 de Julho de 1937. Mesmo que não se aceite esta versão dos factos, excessivamente benévola para com os autores da operação falhada,

é indesmentível que, por razões ainda mal esclarecidas, o poder político decidiu agir, abrindo um inquérito à actuação da PVDE. Conduzido pelo juiz Alves Monteiro, responsável pela Polícia de Investigação Criminal, o inquérito acaba, pois, por envolver directa ou indirectamente três forças de segurança (a PVDE, a PSP e a PIC), concluindo, ao fim de morosas diligências, que a investigação desenvolvida pela polícia de Agostinho Lourenço e José Catela capturara inocentes — os quais, no entanto, não são de imediato devolvidos à liberdade, permanecendo na prisão cerca de um ano. Entretanto capturados, os verdadeiros culpados serão presentes ao Tribunal Militar de Santa Clara que, ao fim de poucos dias de julgamento, os condenará a pesadas penas de prisão. No entanto, e ao contrário do que os arguidos temiam, ninguém será enviado para o Tarrafal, sendo as penas cumpridas nas penitenciárias de Lisboa e de Coimbra. Alguns presos morreriam na prisão, outros seriam libertados na década de 1950.

Do inquérito do juiz Alves Monteiro não resultaram quaisquer consequências para os dirigentes da PVDE responsáveis pela captura do desafortunado «grupo terrorista do Alto do Pina». Pelo contrário, tudo sugere que acabaram por ser punidos os descobridores da verdade — José Baleizão do Passo e António Maia Mendes. Em 30 de Outubro de 1937, Maia Mendes pede a sua exoneração, alegando razões de saúde. Por seu turno, o capitão Baleizão do Passo, personagem central deste enredo, irá ser exonerado do cargo na PSP, formalmente a seu pedido, em 14 de Janeiro de 1938, com efeitos a 31 de Dezembro do ano anterior. Por sua iniciativa, passara à situação de reserva, aos 41 anos de idade, sendo referido no despacho de exoneração que ocupou um «lugar que serviu com zelo e competência».

De um ponto de vista histórico, o relatório do juiz Alves Monteiro e, bem assim, a investigação que a ele conduziu demonstram a clara diferença de métodos da PVDE, por um lado, e da PIC, por outro. Assim, enquanto a polícia política se apressou a descobrir os suspeitos do atentado a Salazar, a inquirição de Alves Monteiro, apoiada na «sua» polícia, envolveu 44 detidos, 47 declarantes, 74 testemunhas, mais de 159 documentos e objectos apreendidos, 45 exames directos e mais de uma centena de ofícios. Daqui não pode dizer-se, todavia, que, por norma e sistema, a actuação das duas polícias era diferente; o que deve afirmar-se, isso sim, é que *neste caso concreto* deparamos com duas formas muito distintas de apuramento da verdade, uma baseada na tortura e na coacção, outra visando a reconstrução da realidade dos factos com apoio em testemunhos prestados de modo inteiramente livre. Para esta diferença de metodologias muito contribuiu, decerto, o perfil institucional das duas forças policiais, ainda que, provavelmente, tenha sido a pressão para descobrir os culpados do atentado — e a vaidade em exhibi-los — que motivou a actuação desastrada e desastrosa de Agostinho Lourenço e José Catela, em nítido contraste com a serenidade e o rigor do juiz Alves Monteiro.

*

* *

O atentado contra Oliveira Salazar foi perpetrado por um grupo heterogéneo, onde avultavam motoristas de táxi de Lisboa, com acompanhamento ou direcção política de anarquistas, entre os quais se destaca Emídio Santana, e, a título individual, de militantes do Partido Comunista Português.

No entanto, talvez seja excessivo afirmar-se que os anarquistas tiveram uma mera «co-autoria» do atentado, sendo este o produto de uma vasta conspiração que envolveu a Frente Popular e, no seio desta, o PCP e o «grupo dos Budas» de Jaime de Morais. Esta tese, sustentada pelo historiador João Madeira, baseia-se essencialmente no facto de as primeiras acções daquele grupo terem sido financiadas a partir do exterior — mais precisamente, pelo «grupo dos Budas» — e de um dirigente comunista, Fernando Tavares, ter estado presente no decurso das operações, incluindo a colocação nocturna da bomba num colector das Avenidas Novas. Deve notar-se, porém, que Jaime de Morais e o «grupo dos Budas» sempre condenaram este tipo de acção directa, que constituía prática comum dos anarquistas da CGT, mas que, de modo algum, era acompanhada pelos republicanos do revirinho e pelo Partido Comunista. Não por acaso, o PCP, na altura muito debilitado e sob a precária liderança de Francisco de Paula Oliveira/Pável, mantém sérias reservas quanto ao sucedido na Avenida Barbosa do Bocage. A CGT, ao invés, tinha avalizado ao mais alto nível — o Comité Confederal — a ideia de matar Salazar, ainda que a sua concretização prática haja sido feita apenas pelos directamente envolvidos nas operações, sem conhecimento preciso do que iria acontecer por parte das estruturas dirigentes da central anarco-sindicalista.

O relatório do juiz Alves Monteiro Júnior só seria descoberto em 1996 pelo jornalista Valdemar Cruz, autor de uma das principais obras sobre o atentado de Julho de 1937, juntamente com as de Emídio Santana e de João Madeira. Aquele relatório é um documento de extraordinário valor histórico, uma vez que, entre o mais, nele se descrevem ao pormenor

os métodos que a polícia política utilizava para obter confissões dos presos pertencentes aos estratos sociais mais baixos. E esses métodos eram, no essencial, os espancamentos e a tortura, os gritos bárbaros, os insultos constantes. A porrada, no fundo. É ela que fica como principal vestígio de uma investigação distorcida desde o início pela natureza do regime em que se desenvolveu e, obviamente, pelas personalidades que a dirigiram. O autoritarismo favoreceu, em larga medida, que um grupo de inocentes, de poucas ou nenhuma letras, fosse preso e apresentado à imprensa e ao país ultrajado como autor de uma tentativa de atentado contra o chefe do Governo. Saber se isto teria sido possível em democracia é um tema que ultrapassa — e em muito — o propósito deste livro.

LISBOA, JULHO DE 1937

- E o que é preciso fazer para arranjar isso do comunismo?
- Matar o chefe do Governo!
- E o Jacinto não teve outra resposta se não esta:
- Então está bem! Vamos a isso!

Completamente falso, como se viria a demonstrar pouco depois, este bizarro diálogo foi publicado pelo jornal *O Século* em 23 de Agosto de 1937, no rescaldo do atentado contra António de Oliveira Salazar ocorrido a 4 de Julho desse ano.

Os factos são sobejamente conhecidos: no dia 4 de Julho de 1937, cerca das dez horas da manhã, Oliveira Salazar deslocou-se à residência do seu amigo e musicólogo Josué Francisco Trocado, no n.º 96 da Avenida Barbosa do Bocage, para aí assistir à missa dominical celebrada pelo padre Abel Varzim. Ao apear-se do automóvel Buick conduzido pelo motorista Raul, e na companhia do fiel chefe de gabinete Antero Leal Marques, dá-se uma explosão que, apesar de violentíssima, falha o objectivo: matar o ditador.

De forma real ou simulada, Salazar, coberto de pó, aparenta uma enorme tranquilidade, dizendo tão-só a Leal Marques: «Vamos à missa.» No dia seguinte, e como seria de esperar,

os relatos dos jornais sublinham a fleuma e a serenidade do Presidente do Conselho, imperturbável perante aquele que fora até então o mais grave, ou até mesmo o único, atentado à sua vida (aliás, mesmo nos anos subsequentes, nunca se registará uma tentativa de assassinato idêntica à ocorrida naquela manhã). À propaganda do regime interessava acentuar o rotundo fracasso do plano homicida, mas também a absoluta impassibilidade do chefe do Governo perante todas as ameaças, físicas ou políticas, que se colocassem no seu caminho de edificador do Estado Novo e restaurador do orgulho pátrio.

O *Diário de Notícias* alude ao seu «rosto sereno», onde «nem um músculo se movera em contracção de espanto ou temor». Por seu turno, *O Século*, além de reproduzir a já citada frase dita a Leal Marques, refere que, no decurso da missa, enquanto as senhoras presentes na casa de Josué Trocado lacrimejavam de emoção, «numa expressão do bom e são sentimentalismo comum às mulheres portuguesas», o Presidente do Conselho, «sem a mais leve perturbação nos gestos ou no olhar, mantendo sempre a serenidade e o sangue frio, acompanhou a cerimónia como se aquela missa estivesse a ser rezada nas mesmas condições de sempre». Para a edificação do seu mito, além do homem modesto e avesso à sedução do poder, do competentíssimo professor de finanças e do governante apolítico, faltava um adorno, o adereço da coragem física, a que os militares — e não só — eram particularmente sensíveis. A seguir ao atentado, assinala Helena Matos, o Presidente do Conselho (que, desde 1936, acumulava esse cargo com as pastas de ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros) «passa, como um militar de carreira, a sua prova de fogo real. [...] a bomba da Barbosa du Bocage, ao não matar Salazar,

reforçou-lhe a imagem»¹. De resto, é também uma mensagem de serenidade que o Governo português tenta transmitir ao estrangeiro. No próprio dia do atentado, Salazar redigiu um telegrama para todas as embaixadas portuguesas dizendo que «apesar da violência da explosão e grande potência do engenho houve apenas estragos materiais [...] mas nenhum desastre pessoal nem sequer pequenos ferimentos. Esta comunicação é feita a V. Exa. para estar prevenido contra possível especulação do acontecimento por meios esquerdistas que devem tender a explicar o atentado pelo estado de exaltação do povo português contra a situação política». Terminava afirmando: «Sossego absoluto por toda a parte e espírito público hostil a manejos revolucionários. Atentado representa um crime desligado de qualquer alteração da ordem pública.»

Estas declarações não equivaliam a desvalorizar o risco que o Presidente do Conselho corria nem a minorar a dimensão literalmente estrondosa do atentado bombista. A retórica da propaganda e, de resto, as palavras de Salazar denotam essa ambiguidade: por um lado, havia que transmitir uma imagem de autoconfiança pessoal e garantir aos portugueses que a «ordem», prometida desde 28 de Maio de 1926, não fora minimamente abalada pela explosão nas Avenidas Novas; por outro, importava tirar partido do falhanço verificado para descredibilizar as forças oposicionistas e, do mesmo passo, gerar em torno da figura do Presidente do Conselho uma verdadeira «união nacional», feita de clamoroso repúdio e de muitas graças à Providência. O facto de Oliveira Salazar ter saído incólume deste violentíssimo atentado, que estilhaçou janelas dos prédios da Barbosa du Bocage, fez saltar com fragor as

1 Helena Matos, *Salazar*, Vol. 2, Lisboa, 2004, p. 227.

tampas dos colectores das ruas e abriu no solo uma cratera com uma extensão de 24 metros, permitiu, entre o mais, que se gerasse em seu redor uma gigantesca onda de solidariedade e de apoio, ponto fundamental no relacionamento do Executivo com um dos pilares do regime, as forças armadas, as quais se encontravam ainda abaladas pelas reformas introduzidas em 1936 e pela criação, nesse mesmo ano, de forças paramilitares como a Legião Portuguesa. Realizadas sob a égide de Salazar e Santos Costa, aquelas reformas, como salienta Telmo Faria², tinham conduzido a uma progressiva secundarização das chefias, motivando atritos e rancores na elite castrense. Deste modo, e como também assinala Telmo Faria, centrando-se em especial no relacionamento do Governo com os militares, o atentado serviu «para a propaganda do regime fabricar uma imagem de perigo e ameaça sobre o Estado Novo».

Em simultâneo, as inúmeras manifestações populares, entre outros gestos aparatosos levados a cabo pela Legião e pela Mocidade Portuguesa, constituíram, digamos assim, um «plebiscito cesarista» que renovou os votos expressos em 1933 no referendo à Constituição e, em 1934, nas eleições dos deputados à Assembleia Nacional. Além disso, celebraram-se centenas de missas por todo o país, entoou-se o *Tê Deum* e agradeceu-se a intercessão salvífica do Altíssimo, o que permitiu ao Estado Novo reforçar a imagem providencialista associada a Salazar desde os tempos em que este era somente ministro das Finanças, quando os bispos portugueses emitiram aquela que ficou conhecida por «Pastoral Financeira» em apoio da acção levada a cabo pelo antigo militante do

² Telmo Faria, *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas, 1935-41*, Lisboa, 2000, pp. 135ss.

Centro Académico de Democracia Cristã e deputado do Centro Católico. Há mesmo quem afirme, porventura com exagero, que «o atentado contribuiu como nada antes para o seu endeusamento [de Salazar] enquanto chefe protegido pela divina providência e para a crispação fascizante do regime»³. Com mais exagero ainda, e até mesmo inverdade, disse-se que «a protecção de Salazar à Igreja era de tal modo que, em 1937, os bispos portugueses foram em peregrinação agradecer à Senhora de Fátima ter Salazar saído incólume dum atentado»⁴. Como o atentado ocorreu no Dia da Rainha Santa Isabel, as senhoras encheram de rosas a casa do ditador, seguindo um apelo do *Diário de Notícias* que, do ponto de vista da consolidação do regime, era especialmente útil, sobretudo numa fase marcada pela instituição, no ano anterior, da Obra das Mães pela Educação Nacional. Segundo o oficioso *Diário da Manhã*, tudo decorreu «por milagre de Deus, que não quer privar a Nação portuguesa do seu salvador» e, na verdade, foram inúmeros os gestos eclesiais em louvor do Presidente do Conselho: na Sé de Lisboa organizou-se um *Tê Deum*, o bispo de Coimbra divulgou uma pagela de orações dedicadas ao «Doutor Oliveira Salazar — Salvador da Nação Portuguesa», do seguinte teor: «V. Pelos merecimentos e preces da Rainha-Santa Isabel / R. Sede propício, Senhor, ao Vosso povo / V. Oremos pelo nosso Chefe Salazar // R. O Senhor o conserve, e lhe conceda longa vida, e lhe dê felicidade sobre a terra, e não o abandone jamais às ciladas dos seus inimigos.» Por seu turno, o arcebispo de Mitilene promoveu um *Tê Deum* de acção de graças no Campo das Laranjeiras, uma comissão

³ Fernando Rosas, *Lisboa Revolucionária, 1908-1975*, Lisboa, 2010, p. 100.

⁴ Sá Cardoso, *Memórias duma Época e Apontamentos Políticos*, Lisboa, 1973, p. 105.

de senhoras nacionalistas do Porto encomendou uma missa no Palácio de Cristal, o arcebispo-primaz de Braga, seguindo o exemplo de Gonçalves Cerejeira («António, acabo de saber [...] do criminoso atentado de q. a Mão de Deus te salvou») e de vários prelados, envia a Salazar uma mensagem de felicitações pelo malogro do plano homicida, enquanto em Coimbra o bispo-conde preside à celebração de um *Te Deum* na Igreja da Rainha Santa e os professores legionários da Escola Industrial Machado de Castro mandam rezar uma missa em acção de graças na Igreja de Santa Isabel. Em nome do duque de Bragança, o seu lugar-tenente, Azevedo Coutinho, envia um telegrama a Salazar que, à semelhança de tantas outras mensagens, salienta o carácter providencial da sua acção governativa, saudando o chefe do Executivo «que a Deus N. S. aprouve salvar, porque o merece e porque a sua acção patriótica é necessária para o Bem da Nação». Meses depois, em Setembro, o arcepreste de Guimarães envia um telegrama a Salazar informando-o que se reuniram 50 mil peregrinos em subida ao Monte da Penha, em acção de graças pela salvação da «preciosíssima vida [do] seu providencial estadista».

Ante o exposto, não admira, pois, que o discurso oficial sobre o atentado oscile entre a minorização do ataque bombista, tratado como um incidente que não causou um único ferido e que em nada punha em causa a marcha da obra de regeneração nacional em curso, e, por outro lado, a sua valorização, expondo-se à saciedade a particular perfídia, mas também o desastrado amorismo, dos autores e cúmplices do acto criminoso e, bem assim, os perigos que impendiam sobre a sociedade portuguesa como um todo, obrigando-a a um esforço suplementar de vigilância e combate às ameaças

internas e sobretudo externas, com destaque para o internacionalismo comunista e para os ventos soprados de terras de Espanha. Nas suas intervenções, Oliveira Salazar protagoniza esta duplicidade retórica, ora dizendo tranquilamente «como fiquei vivo, terei de continuar a trabalhar. Eu tenho muita sorte nestas coisas», ora afirmando, mais belicoso, tendo a seu lado o subsecretário de Estado da Guerra, Santos Costa, à manifestação reunida frente à porta da sua residência na Rua Bernardo Lima: «Meus senhores! Só uma palavra: não há dúvida de que somos indestrutíveis porque a Providência assim o destina e, na terra, vós o quereis.» Ouvindo a multidão em transe, à janela do primeiro andar da residência encontrava-se a sua fiel governanta, Maria de Jesus, que, pela manhã, ao ouvir falar de um atentado contra Salazar se precipitara alvoroçada para casa, aguardando mais notícias sobre o que acontecera, de acordo com a descrição do seu biógrafo, o jornalista Joaquim Vieira⁵. Entre a massa aglomerada à porta de casa de Salazar, destacava-se, pela sua vivacidade, Pedro Theotónio Pereira. Na leitura do historiador Joaquim Veríssimo Serrão, a qual neste ponto parece ser correcta, tratou-se «de uma manifestação de carácter espontâneo, vinda de pessoas que nutriam respeito e admiração pelo Presidente do Conselho, certificando a reportagem fotográfica da manifestação na noite de 4 de Julho»⁶. Segundo se diz, foi a partir de então que se iniciaram diligências para a criação de uma residência oficial do Presidente do Conselho, mais segura e protegida, sendo tomadas outras medidas preventivas, como pôr termo às viagens de

⁵ Joaquim Vieira, *A Governanta. D. Maria, Companheira de Salazar*, Lisboa, 2010, p. 65.

⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal, Vol. XIV — 1935-1941*, Lisboa, 2000, p. 123.

comboio para o Vimieiro, que passaram a ser efectuadas de automóvel, e às visitas inopinadas a lugares ou acontecimentos públicos, como acontecera na Exposição Colonial do Porto, em Setembro de 1934.

Esta súbita e momentânea interrupção do *viver habitualmente* estado-novista permitia a Salazar identificar-se ou irmanar-se pessoal e intransmissivelmente com a Situação, utilizando o plural («somos indestrutíveis») para descrever um evento individual, um atentado que apenas a si o visara, tendo-o por alvo exclusivo. Dois dias depois da explosão na Avenida Barbosa du Bocage, a 6 de Julho, falando na manifestação de apoio organizada pelo subsecretário de Estado da Guerra, Santos Costa, e pelo ministro da Marinha, comandante Ortins de Bettencourt, e em que participam mais de 1500 oficiais das forças armadas nos Passos Perdidos do Palácio de São Bento, o Presidente do Conselho não deixará de capitalizar a seu favor o desfecho quase milagroso da fracassada acção bombista: «Nem todos os dias se escapa de um atentado que a inteligência do mal tanto se esmerou em conceber e fazer executar.» No entanto, logo acrescentou, em sinal de força: «Mas é também certo que a explosão de uma bomba não é suficiente para arrombar o portal da História.» Presentes em São Bento estiveram, entre muitos outros, o general Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento, major-general do Exército, o general José Vicente de Freitas, antigo Presidente do Ministério, assim como os antigos titulares da pasta da Guerra, coronéis Carvalho Teixeira e Abílio de Passos e Sousa e o major Luís Alberto de Oliveira. Não faltaram até republicanos históricos, como os generais Ernesto Maria Vieira da Rocha, Daniel de Sousa, João Craveiro Lopes e Luís Augusto Ferreira Martins, a par de

três heróis do 5 de Outubro, os contra-almirantes José Mendes Cabeçadas Júnior, Aníbal de Sousa Dias e Tito Augusto de Moraes. De acordo com Veríssimo Serrão, isto demonstra que o atentado provocara «a maior reacção em figuras militares que não podiam considerar-se adeptos do Estado Novo»⁷.

Talvez a leitura da manifestação dos militares possa ser mais densa e complexa: não querendo, em si mesma, significar uma adesão ao Estado Novo, nem um compromisso firme da oficialidade republicana com o regime e as suas reformas da instituição castrense — longe disso —, a presença em São Bento, além de uma «obrigação» protocolar a que ninguém se poderia eximir, exprimia uma rejeição do recurso à violência política ou, se quisermos, do «terrorismo» como forma de actuação. Ora, isto encontra-se perfeitamente em sintonia com o que era o pensamento expresso nas páginas do jornal *República*, como adiante se verá. O que, neste momento, merece reflexão e dúvida é a questão de saber em que medida os autores do atentado, ao escolherem Salazar como alvo (e não Óscar Carmona, por exemplo), não sufragaram, no fim de contas, o entendimento geral do país, nos termos do qual a verdadeira *fons et origo* do poder no Estado Novo se encontrava no Presidente do Conselho, muito mais do que no Presidente da República. Além de, claro está, o atentado falhado da Barbosa du Bocage, que Emídio Santana, sintomaticamente, apelida de «grande tragédia», ter contribuído para aprofundar o domínio da vida pública portuguesa por parte de António de Oliveira Salazar, merecendo notar-se que a principal reivindicação de todos as correntes da oposição — monárquicos, integralistas, nacionais-sindicalistas, republicanos, comunistas — era o afastamento do Presidente

⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *ob. cit.*, p. 124.

do Conselho por Óscar Carmona, não a saída deste último da Presidência da República. «Frustrou-se um acto de justiça», afirmava, pesaroso, o jornal *O Libertário*, na sua edição de Agosto de 1937. E o atentado teria graves consequências para o movimento anarquista, como sublinham Edgar Rodrigues⁸ e Irene Flunser Pimentel⁹, afirmando esta historiadora que depois das prisões dos responsáveis pelo atentado, entre os quais Emídio Santana, quase todos os grupos anarquistas se dissolveram e o Comité Confederal, reduzido a três elementos, deixou de funcionar. Se «os ditadores não são imortais», como escrevia *A Batalha* em Julho de 1937, António de Oliveira Salazar parecia sê-lo. O movimento anarquista pereceu e o próprio jornal *A Batalha* deixaria de ser publicado, mostrando ser mais mortal do que os ditadores; depois de sete anos de paragem, o periódico anarquista só reapareceria em 1940, mas sempre de forma muito irregular. Eis o triste balanço da acção de 4 de Julho de 1937.

Quanto à narrativa dos acontecimentos, é ilustrativo que, numa obra historiográfica oficiosa publicada muito depois, os *Anais da Revolução Nacional* dirigidos por João Ameal, se mantenha a versão saída nos jornais de 1937, totalmente favorável a Salazar e ao seu mito. Fala-se aí numa «intervenção providencial», na «bomba de grande potência», na violência da explosão, nos «naturais sintomas de agitação e de alarme», nas «fisionomias alteradas» das pessoas vindas às janelas, nos gritos que soaram a pedir socorro; em contraste, a serenidade ativa do Presidente do Conselho, que «ouve calmamente a missa» e até se empenha em «tranquilizar, no mínimo

de palavras, algumas senhoras ali presentes, cujo estado de nervosismo é evidente» — no final da missa, vindo da capela particular da casa de Josué Trocado, o Presidente do Conselho reaparece, «sereno e sorridente, sem mostrar haver sido afectado pelo perigo que ameaçou a sua vida». À porta, para o saudar, já se aglomerava «um volumoso grupo de pessoas», na sua maioria legionários dos batalhões 4, 8 e 9, que «lhe erguem ‘vivas’ e manifestam júbilo pelo inêxito absoluto da criminosa tentativa malograda». De seguida, a legitimação por *aclamatio* do ditador, construída a partir da fúria das multidões: «À medida que se generaliza o conhecimento do facto, aumenta a excitação indignada do público e ouve-se exigir em altas vozes o exemplar castigo dos culpados e, também, dos seus possíveis mandatários» — lê-se nos *Anais da Revolução Nacional*, que, a concluir esta descrição épica, referem, sobre a saída de Salazar de cena no palco desfeito das Avenidas Novas: «E o automóvel parte, sem demora, sob a luz forte da manhã de Julho — saudado com o maior entusiasmo pelos legionários que erguem os braços em afirmação respeitosa de fidelidade e aplauso ao Chefe do Governo.» Cai o pano.

⁸ Edgar Rodrigues, *A Resistência Anarco-Sindicalista à Ditadura. Portugal 1922-1939*, Lisboa, 1981, pp. 76-77.

⁹ Irene Flunser Pimentel, *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*, Porto, 2013, p. 188.

CRONOLOGIA BREVE

- 20/21 de Janeiro de 1937* Acção das «bombas dos ministérios»
- 28 de Fevereiro de 1937* Acção do «pinhal da Freixofeira»
- 4 de Julho de 1937* Atentado contra Oliveira Salazar
- 6 de Julho de 1937* Cerimónia de apoio a Salazar pelas forças armadas, no Palácio de São Bento
- Agosto de 1937* Os jornais anunciam a captura pela PVDE dos autores do atentado («grupo terrorista do Alto do Pina»)
- 19 de Outubro de 1937* Detenção de Emídio Santana
- 30 de Outubro de 1938* Início do inquérito dirigido pelo juiz Alves Monteiro
- 12 de Abril de 1938* Conclusão do inquérito dirigido pelo juiz Alves Monteiro
- 3 de Janeiro de 1939* Início do julgamento dos autores do atentado contra Oliveira Salazar
- 14 de Janeiro de 1939* Leitura da sentença do 1.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa
- 20 de Março de 1939* Julgamento à revelia dos réus ainda não capturados
- 23 de Maio de 1953* Libertação de Emídio Santana da Penitenciária de Coimbra

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR

PT/AHM/FO/033/1/439/981, Processo Político do Capitão de Infantaria José Baleizão do Passo.

Cx. 1334-384, Processo individual — José Francisco Baleizão do Passo.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Processo de inquérito sobre o atentado de 4 de Julho de 1937 contra Sua Excelência o Senhor Presidente do Conselho.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

AA.VV., *A Frente Popular Antifascista em Portugal. O primeiro esboço da unidade antifascista. Documentos da história do movimento operário português (1935-1937)*, introdução e notas de L.H. Afonso Manta, Lisboa, Assírio & Alvim, 1976.

AA.VV., *Dez Anos de Política Externa. A Nação Portuguesa e a 2.ª Guerra Mundial (1936-1948)*, 15 vols., Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1961-1993.

AA.VV., *Repressão Política e Social no Regime Fascista*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros-Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista, 1986.

ARAÚJO, António, «Crimes políticos», in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal, Vol. VII — Suplemento A/E*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 463-468.

ARAÚJO, António, «Matar Salazar», *Público/Ípsilon*, de 19-07-2013.

ARAÚJO, António, «Da ‘quadrilhice’ de Estado: polícias e serviços de informações (1736-2011)», in Pedro Tavares de Almeida e Paulo

- Silveira e Sousa (coord.), *Do Reino à Administração Interna. História de um Ministério (1736-2012)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda-Ministério da Administração Interna, 2015, pp. 305-351.
- BARREIROS, José António, «Criminalização política e defesa do Estado», *Análise Social*, Vol. XVIII, 1982, pp. 813-832.
- CRUZ, Valdemar, «Salazar sofre um atentado», in António Simões do Paço (ed.), *Os Anos de Salazar, Vol. 4 — 1936-1939. Salazar, retaguarda de Franco*, Lisboa, Centro Editor PDA, 2008, pp. 66-75.
- CRUZ, Valdemar, *Histórias Secretas do Atentado a Salazar*, 3.^a ed., Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2013.
- FREIRE, João, «Sobre o anarquismo português e a Guerra de Espanha», in Fernando Rosas (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições Colibri-Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1998, pp. 197-207.
- MACEDO, João, «Morte de um filho do século», *Expresso/Revista*, de 22-10-1988.
- MADEIRA, João, *1937. O atentado a Salazar. A Frente Popular em Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013.
- MARTINS, Fernando, «Política de defesa e política de segurança pública: o 28 de Maio e o Estado Novo. 'O Estado Novo é forte para não ter de ser violento'», in João Marques de Almeida e Rui Ramos (coords.), *Revoluções, Política Externa e Política de Defesa em Portugal. Séc. XIX-XX*, Lisboa, Edições Cosmos-Instituto de Defesa Nacional, 2008, pp. 153-192.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, *Salazar. Uma biografia política*, trad. portuguesa, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2010.
- OLIVEIRA, César, «Atentado contra Oliveira Salazar», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo, Vol. I — A-L*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 79-80.
- PALACIOS CEREZALES, Diego, *Portugal à Coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*, trad. portuguesa, Lisboa, Tinta-da-china, 2011.
- PALACIOS CEREZALES, Diego, «A segurança pública e o aparelho policial (1736-2011)», in Pedro Tavares de Almeida e Paulo Silveira e Sousa (coord.), *Do Reino à Administração Interna. História de um Ministério (1736-2012)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda-Ministério da Administração Interna, 2015, pp. 241-303.
- PIMENTEL, Irene Flunser, *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*, Porto, Figueirinhas, 2013.
- RIBEIRO, Maria da Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- ROSAS, Fernando, PIMENTEL, Irene, MADEIRA, João, FARINHA, Luís e REZOLA, Maria Inácia, *Tribunais Políticos. Tribunais militares especiais e tribunais plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2009.
- SALAZAR, [António de] Oliveira, *Discursos e Notas Políticas, Vol. II — 1935-1937*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937.
- SANTANA, Emídio, *História de um Atentado. O atentado a Salazar*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1976.
- SANTANA, Emídio, *Tempos de Luta, de Adversidade e de Esperança. Memórias de um militante anarco-sindicalista*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1987.
- SANTANA, Emídio, *Onde o Homem Acaba e a Maldição Começa. Crónicas do mundo dos ex-homens*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1989.
- VENTURA, António, *Memórias da Resistência. Literatura autobiográfica da resistência ao Estado Novo*, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 2001.

MATAR
O SALAZAR
O ATENTADO DE JULHO DE 1937

foi composto em caracteres Hoefler Text
e Neutra, e impresso na Guide, Artes
Gráficas, em papel CoralBook de 90 g,
em Outubro de 2017.

